

“Empregam-se todos os que precisam trabalhar”: o serviço doméstico e o mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX

Flavia Fernandes de Souza*

Resumo: Este texto apresenta parte de uma pesquisa sobre a inserção do serviço doméstico no mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1900. Como um dos objetivos dessa investigação consiste em recuperar e analisar elementos inerentes a esse setor de trabalho, propõe-se, aqui, expor resultados alcançados e que demonstram algumas características da esfera de trabalho em que atuavam os chamados ‘criados de servir’. Trata-se, então, de apresentar, de forma sintética, uma reflexão que abrange três grandes questões: a primeira trata da importância que os serviços domésticos assumiram no mundo do trabalho carioca ao ocupar um enorme contingente de trabalhadores; a segunda aborda alguns aspectos da organização desse campo de trabalho, sobretudo no que se refere ao funcionamento de agências de locação; e a terceira discute as definições da época para o que se entendia ou não como sendo as ocupações domésticas.

Palavras-chave: serviço doméstico; mundo do trabalho; Rio de Janeiro no final do século XIX.

Abstract: This paper presents a research on the domestic service insertion in the labor world in Rio de Janeiro city during 1870 and 1900. Since one of research goals is to seek and to analyze the basic elements of that labor section, the purpose is to present the reached results that show some characteristics of the labor sphere where the so-called ‘servants’ were part of. To sum up, this paper reflects on three important questions: the first is about the importance of the great amount of domestic servants in the labor world in Rio de Janeiro city; the second one is about some aspects of its organization related to the function of the servant rental agencies; and the third is about the definitions concerned with what is considered domestic service or not.

Key-words: domestic service; labor world; Rio de Janeiro city in the end of nineteenth century.

No dia 1º de março de 1874, em um domingo, o *Jornal do Commercio* publicou, entre outros, um anúncio acerca da abertura da *Agência Universal de Empregos*, na rua da Assembléia n.º 121, na cidade do Rio de Janeiro, cuja chamada dizia: “empregam-se todos os que precisam trabalhar”. E entre as funções que tal estabelecimento se propunha a desempenhar estava a de “satisfazer as necessidades comerciais e domésticas”, empregando “especialmente criados, criadas, guarda-livros, caixeiros, etc., por preços mais módicos do que em outra qualquer parte” (JORNAL DO COMMERCIO, 01.03.1874).

Este texto constitui uma síntese da discussão apresentada no segundo capítulo da minha dissertação de mestrado sobre o serviço doméstico e o mundo do trabalho nas últimas décadas do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. E esta teve toda a sua pesquisa orientada pela Professora Doutora Magali Gouveia Engel.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/FFP/UERJ) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Anúncios como esses, de agências, e, igualmente, de demandas por empregos e por trabalhadores, eram freqüentemente veiculados na imprensa carioca nas últimas décadas do século XIX. Na realidade, embora desde as primeiras décadas do Oitocentos, com o desenvolvimento da imprensa periódica no país, os jornais, de modo geral, e os anúncios, em particular, tenham se tornado “um valioso instrumento para quem buscava emprego ou para quem precisava de empregados” (CARVALHO, 2006: 176), no final do século esse papel da imprensa parece ter ganhado um maior destaque. Nesse sentido, pode-se ressaltar que nos jornais de grande circulação, como o *Jornal do Commercio*, por exemplo, era possível encontrar diariamente, naquele período, centenas de anúncios relativos a procuras e a ofertas de emprego e de trabalho.

Na verdade, esses anúncios eram publicados em tão grande quantidade que a seção a eles dedicada parecia revelar parte da complexa dinâmica que envolvia o próprio mundo do trabalho na cidade do Rio no período que se estende de 1870 a 1900. Isso porque, ao constituírem um importante espaço impresso de divulgação de demandas por emprego e por trabalho, os anúncios acabavam demonstrando, em seu conjunto, algumas características inerentes àquele espaço social.¹

Dentre tais aspectos apontados pelos anúncios de jornais e que indicavam algumas das especificidades do mundo de trabalho carioca naquele momento, encontrava-se a inserção e a relevância que parece ter assumido o espaço de trabalho compreendido por aqueles indivíduos que realizavam serviços domésticos como meio de sobrevivência. Até porque, não por acaso, esse fenômeno é indicado, à primeira vista, através da constatação do fato das demandas de/por trabalhadores domésticos constituírem a maioria das propagandas da seção dos anúncios dos dois principais periódicos que circulavam na cidade naquele momento. Nesse caso, vale ressaltar que as procuras e as ofertas referentes ao serviço doméstico no *Jornal do Commercio* e na *Gazeta de Notícias* tenham compreendido mais de 50% dos anúncios de empregadores, de trabalhadores e de agenciadores que eram publicados diariamente no período que se estende de 1870 a 1900. No *Jornal do Commercio*, em particular, os anúncios relativos ao serviço doméstico constituíam, em média, 70% dos anúncios publicados.²

¹ Sobre o uso e a análise dos anúncios como fontes para pesquisas históricas ver, entre outros: BRANDÃO, Helena H. Naganime. “Discurso e tradição em anúncios da imprensa brasileira: da informação à sedução – imagens do cotidiano”. Disponível em: <<http://www.fllch.usp.br/>>. Acessado em: 02.07.2006; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1979; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

² Esta constatação foi feita através da pesquisa nos referidos jornais para todo o período estudado. Por intermédio de amostragens, recolhi um total 2.433 anúncios com procuras e ofertas de emprego e de trabalho

O grande destaque que os anúncios relativos ao serviço doméstico tinham nos referidos jornais pode nos levar, no entanto, a formular algumas questões mais pontuais acerca do serviço doméstico e da sua inserção no mundo do trabalho no final do século XIX na capital do país. Afinal, quantos trabalhadores estariam envolvidos nessas atividades? Através de quais formas e de quais meios eles se colocavam no mundo do trabalho? E, finalmente, quais seriam as atividades concernentes a esse tipo de serviço? E foi na tentativa de tentar responder a essas indagações que procuramos refletir um pouco sobre o assunto.

De acordo com os dados apresentados nos censos do final do século XIX e do início do século XX, ou seja, os recenseamentos gerais de 1872, 1890 e 1906, a categoria que reunia os trabalhadores envolvidos em atividades domésticas parece ter constituído o maior campo ocupacional da cidade do Rio de Janeiro.

Se recuperarmos os dados referentes ao ano de 1872, percebemos, então, que os números relacionados a essa esfera de trabalho eram bastante altos, demonstrando a significativa inserção dos trabalhadores no setor ocupacional compreendido pelo serviço doméstico. Deste modo, o primeiro recenseamento nacional indicava que a população correspondente à cidade do Rio de Janeiro era de 274.972 habitantes e destes 55.011 indivíduos (20% do total da população) se declararam como trabalhadores domésticos. Em 1890, por conseguinte, apesar do percentual da categoria intitulada “serviço doméstico” ser menor, quando comparado ao censo anterior – sendo então de 14,30% (referente ao número de 74.785) do total da população da cidade, que era de 522.651 habitantes –, esta categoria ainda representava o maior grupo ocupacional do Rio de Janeiro. E essa situação não se alterou muito nos primeiros anos do século XX de acordo com o recenseamento de 1906, visto que a população da cidade do Rio era composta por 811.443 indivíduos, dos quais 117.904 foram classificados como trabalhadores domésticos, ou seja, 14,53% do total da população da cidade (LOBO, 1978: 469 e 501).

Ao considerarmos os dados apresentados pelos censos, notamos, portanto, que a categoria intitulada “serviço doméstico” parece ter sido, de fato, a que mobilizava um maior número de trabalhadores, ficando apenas atrás das categorias formadas pelo emaranhado conjunto daqueles que não possuíam profissão ou possuíam profissões consideradas, então, como sendo “mal definidas” ou “desconhecidas”. Sendo assim, embora se leve aqui em conta

– sendo 2.155 no *Jornal do Commercio* e 278 na *Gazeta de Notícias* –, a partir dos quais foi feito esse cálculo percentual.

a possibilidade de tais dados apresentarem equívocos, os quais gerariam uma variação para mais ou para menos, podemos partir do pressuposto de que as atividades domésticas estavam, certamente, inseridas no complexo mundo de trabalho da cidade do Rio nas três últimas décadas do século XIX. E tal inserção, possivelmente, foi tão significativa que a categoria que reunia essas atividades acabou se tornando, em termos numéricos, o maior grupo profissional da cidade ao longo de todo aquele período.

O elevado número de trabalhadores cariocas realizando atividades domésticas, gera, contudo, uma indagação óbvia, mas ainda pouco discutida pela historiografia brasileira referente à história social do trabalho, em especial no que se refere aos estudos que se dedicaram ao assunto³: por que o serviço doméstico constituía, como sugeriu a documentação analisada, uma das mais importantes categorias do mundo do trabalho da cidade do Rio de Janeiro nas três últimas décadas do século XIX? Embora essa questão não pareça apresentar uma resposta simples e direta, é possível pensar que a relevância assumida pelo serviço doméstico no mundo do trabalho carioca tivesse, fundamentalmente, uma estreita relação com a própria estrutura dessa mesma esfera social naquele período.

Ao longo de todo o século XIX, em particular na sua segunda metade, a cidade do Rio de Janeiro teve o que se poderia chamar um “mercado de trabalho” profundamente diversificado e complexo. Sendo, basicamente, estruturado no sistema de trabalho da escravidão, mas com várias formas de emprego da força de trabalho – fosse ela livre ou escravizada –, e a partir de relações elaboradas entre os trabalhadores e os seus patrões/senhores, que envolviam tanto meios “formais” quanto “informais” de trabalho. Acrescentando-se o fato de que a urbe do Rio de Janeiro, em função da sua centralidade econômica, política e cultural no cenário nacional, apresentava um tecido social extremamente heterogêneo, constituído, em sua grande maioria, por uma população pobre e migrante e que tinha no trabalho a sua principal forma de sobrevivência, a conjuntura que se formava no mundo do trabalho no final do século era bastante específica. Tratava-se de um

³ Poucos foram os trabalhos que trataram sobre o tema do serviço doméstico na história do Brasil, em particular no século XIX. Os principais estudos encontrados foram, na verdade, artigos que abordaram rapidamente a questão, como foram os casos de: MATOS, Maria Izilda Santos de. “Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994, pp. 193-212; CARVALHO, Marcus J. M. de. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”. In: *Afro-Ásia*, n. 29/30, 2003, pp. 41-78; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: _____; GOMES, Flávio (org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, o único trabalho que abordou mais exclusiva e profundamente a questão foi: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

contexto marcado pela grande oferta de mão-de-obra, que tendia a não ser completamente absorvida pelos espaços de trabalho existentes, gerando uma enorme competição entre os trabalhadores, que, em geral, apresentavam condições semelhantes de trabalho, pois, em sua maioria, eram trabalhadores manuais, com “baixa qualificação profissional” para o desempenho de determinadas funções no mundo do trabalho.

Neste contexto, o serviço doméstico era, provavelmente, um espaço aberto para inserção de significativa parcela das classes trabalhadoras cariocas no final do Oitocentos. Em primeiro lugar, porque essa era uma atividade típica da escravidão e que esteve presente na nossa sociedade desde os primórdios da colonização portuguesa. No Rio de Janeiro, que chegou a ser, como sabemos, uma das principais cidades escravistas do mundo, a escravidão doméstica era uma das modalidades mais comuns da exploração da força de trabalho cativa. Sendo propriedade do senhor ou alugados de terceiros, o uso de escravos domésticos era prática usual no cotidiano dos lares da cidade, fossem eles simples ou abastados. De acordo com Luiz Carlos Soares, durante todo o século XIX, “os escravos domésticos, com a predominância das mulheres, formavam o maior contingente da população cativa do Rio de Janeiro” (SOARES, 2007: 107-108). E não é difícil supor daí que, mesmo com o fim definitivo da escravidão na década de 1880, o emprego de ex-escravizados nos serviços domésticos tenha continuado na capital.

Em segundo lugar, devemos considerar que o serviço doméstico historicamente parece ter se constituído, também, como uma atividade que poderia ser exercida por aqueles milhares de indivíduos que buscavam, incessantemente, um meio de sobrevivência através da inserção no mundo do trabalho. Ao compreender atividades ligadas às condições materiais da manutenção cotidiana da vida, as atividades domésticas tendiam a agregar tanto os trabalhadores que, de modo geral, não possuíam “qualificação” para a atuação em outros locais de trabalho (tais como alguns setores do comércio, das oficinas e das fábricas), bem como mulheres, menores de idade e idosos que, em função da situação de pobreza inerente a vida dos trabalhadores urbanos de uma maneira geral, procuravam se inserir no mundo do trabalho realizando, entre outras, este tipo de atividade. Processo este que parece ter sido, inclusive, bastante comum entre imigrantes recém-chegados na cidade e que buscavam uma forma de inserção no universo do trabalho, ainda que provisoriamente. E em todos esses casos, o serviço doméstico poderia, também, encobrir, tal como apontado pela historiadora Eulália Lobo, uma espécie de “desemprego disfarçado”, constituindo, portanto, um espaço de atuação para todos aqueles que precisavam trabalhar em alguma atividade remunerada (LOBO, 1978: 235).

Dito isto, talvez fosse interessante considerar rapidamente agora quais eram as principais formas e os meios mais utilizados para a inserção desse enorme contingente de servidores domésticos nos ambientes de trabalho. Nesse caso, podemos aqui afirmar, antes de tudo, que uma das formas mais comuns de emprego da força de trabalho dos criados domésticos era aquela que constituía o aluguel de trabalhadores.

Sendo uma prática de origem escravista e que, como o próprio nome sugere, consistia em alugar a força de trabalho de um indivíduo através de um locador para realizar serviços para terceiros, o aluguel de servidores domésticos parece ter sido uma prática bem comum no final do século XIX na cidade do Rio. E como nos indicam os anúncios de jornais da época, que apresentavam locadores e locatários oferecendo ou procurando criados para o desempenho das atividades domésticas, esta prática parecia envolver, para além dos trabalhadores escravizados, indivíduos livres, que se empregaram no serviço doméstico tanto antes quanto depois do fim definitivo da escravidão. Processo este que pode nos indicar, até mesmo, a natureza da complexidade do dito “mercado de trabalho” carioca na pós-emancipação, uma vez que não havendo ainda, naquele momento, uma generalização do assalariamento, pareciam coexistir, junto dessa forma tradicional de venda da força de trabalho, práticas que envolviam mecanismos típicos ou semelhantes daqueles próprios da escravidão – tal qual provavelmente ocorria no aluguel de pessoas livres.

Um fenômeno que caracteriza bem esse processo de aluguel de pessoas escravizadas e livres para os serviços domésticos na cidade do Rio ao longo de todo o final do século XIX, e que exemplifica, também, um dos meios mais comuns de inserção de trabalhadores nos espaços de trabalho, era aquele que correspondia à existência de estabelecimentos especializados no aluguel de trabalhadores. Geralmente sendo chamadas de “agências de locação” ou “casas de comissão”, visto que agenciavam trabalhadores por intermédio de taxas a serem pagas tanto pelos locadores quanto pelos locatários que utilizavam os serviços dos agenciadores, a presença desses estabelecimentos era muito comum na capital ao longo das últimas décadas do Oitocentos. E muitos deles tinham suas origens nas antigas casas comerciais de negociantes que trabalhavam com a compra, a venda, o aluguel e a consignação de escravos (SOARES, 2007: 56-57).

De modo geral, entre os anos de 1870 e 1900, esses estabelecimentos que tendiam a alugar preferencialmente escravos para diversas esferas de trabalho, passaram cada vez mais a lidar com indivíduos livres e que executavam serviços domésticos. Esse processo pode ser

observado com clareza, por exemplo, nos anúncios de empresas como essas e que faziam propaganda dos seus serviços no *Almanak Laemmert* ao longo daquele período.⁴ Afinal, através dessa fonte podemos observar que a partir da década de 1880 era cada vez maior o número de estabelecimentos desse tipo que se dedicavam exclusivamente ao aluguel de trabalhadores para o serviço doméstico no Rio de Janeiro. E tal processo também era, em parte, verificável na seção dos anúncios do *Jornal do Commercio*, que publicava diariamente, ao longo das décadas finais do século XIX, várias propagandas desses estabelecimentos agenciadores, como as que se seguem:

O Centro de Locações e Comissões, Ouvidor n. 29, 1º andar, tem hoje para alugar o seguinte pessoal, todo afiançado: um pardo, muito bom copeiro, por 35\$000; um preto, de idade, para cozinheiro, sabendo fazer doces, por 40\$000; um francês, de idade, para cocheiro ou qualquer outro trabalho, não fala português; um alemão, de 35 anos, para copeiro ou qualquer serviço doméstico, por 25\$000; um moço espanhol, recém-chegado, para copeiro de casa de família, por 25\$000; um casal alemão, o marido para copeiro e jardineiro e a mulher para costurar, arrumar casa e lidar com crianças, por 60\$000. (JORNAL DO COMMERCIO, 14.01.1888).

Alugam-se boas amas de leite e secas, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras de casa, jardineiros, pessoal sério e de confiança, no escritório da Agência Francesa, na rua de Santo Antônio n. 15; esta tem sempre criados e criadas para todos os serviços domésticos, para casa de família, pensão e hotéis, para a capital ou fora, a comissão é de 5\$ e só se paga depois de alguns dias e ter provado se o criado serve ou não. O escritório acha-se aberto das 6 horas da manhã até às 10 horas da noite, portão grande; na rua de Santo Antônio n. 15. (JORNAL DO COMMERCIO, 21.03.1896).

Levando-se em conta constatações como essas, pode-se supor que o serviço doméstico parece ter sido um setor extremamente importante para a atuação de estabelecimentos que se dispunham a agenciar trabalhadores, por meio da prática do aluguel, nas décadas finais do Oitocentos. Ao mesmo tempo em que as agências de locação e as casas de comissão parecem ter sido um meio bastante utilizado pelos empregadores e pelos trabalhadores que se ocupavam nesse setor. E embora não seja possível mapear com clareza os fatores para esse processo, pode-se aqui especular sobre a lucratividade gerada pelo setor do “mercado de trabalho” correspondente ao serviço doméstico. Isso porque, dada à abrangência do contingente de trabalhadores envolvidos nessas atividades e a grande demanda existente na

⁴ O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert)* era uma obra estatística e de consulta, que era publicado anualmente, desde sua fundação em 1844, pelos editores *Laemmert*. Tratava-se de uma obra que apresentava, entre outras, as propagandas dos estabelecimentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços da cidade do Rio de Janeiro, bem como de outras cidades do país. A pesquisa realizada neste material compreendeu a consulta nas edições de 1870, 1875, 1880, 1885, 1888, 1890, 1895 e 1900 e envolveu o levantamento de todos os anúncios relativos a agências de locação ou casas de comissão localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

cidade para esse tipo de serviço, essa esfera de trabalho parecia ser, de fato, um campo fértil para a atuação de agenciadores dispostos a alugar a força de trabalho que o serviço doméstico mobilizava no Rio de Janeiro no final do século XIX.

Finalmente, faz-se necessário pensar, em linhas gerais, nas variadas atividades que compunham o campo de trabalho composto pelo serviço doméstico na capital do país naquele período. Ainda que esta tenda a ser vista pelos historiadores como sendo uma questão que não exige maiores reflexões, é importante considerar, sobre esse aspecto, a abrangência que parece ter caracterizado o universo de atuação dos chamados “criados de servir” e a frouxidão das definições dos contemporâneos do final do Oitocentos acerca das atividades realizadas por esses trabalhadores. Isso porque, ao incluir uma série de atividades ligadas à subsistência cotidiana e à prestação de serviços pessoais, as atividades concernentes ao que se convencionou chamar “serviço doméstico” pareciam, naquele momento histórico, não ser definidas apenas, como geralmente é feito, por exemplo, pelo espaço onde eram executadas. Melhor dizendo, as atividades domésticas não se restringiam, exclusivamente, àquelas tarefas propriamente “domésticas” e que eram executadas no espaço do domicílio.

Isso se dava, em primeiro lugar, evidentemente, em decorrência da própria diferença existente entre as atividades realizadas no interior das casas e aquelas que eram inerentes ao seu espaço exterior. Afinal, nas últimas décadas do século XIX ainda persistia uma antiga tradição portuguesa que distinguia as atividades realizadas pelos criados de acordo com o espaço interior e exterior do domicílio. Ou seja, havia, segundo esse entendimento, uma diferença entre as atividades próprias do interior da “casa” e as atividades que se dividiam entre “a casa e a rua”. E, nesse sentido, não era à toa que muitos contemporâneos do final do século ainda diferenciavam os seus criados entre aqueles que realizam os serviços “de portas adentro” (como era o caso, por exemplo, do trabalho realizado pelas mucamas, pelas amassecas, pelos pajens, por cozinheiros e cozinheiras, pelos copeiros, pelas arrumadeiras, etc.) e aqueles que prestavam os serviços “de portas fora” (tal como aconteciam com as lavadeiras, os jardineiros, os hortelãos, os chacareiros, os cocheiros, os carregadores e vendedores de alimentos, etc.) (GRAHAM, 1992: 45-72).

Em segundo lugar, é importante considerar também que na base dos entendimentos acerca das atividades profissionais desenvolvidas pelos “criados de servir” nos últimos decênios do Oitocentos se encontravam, igualmente, outras questões importantes. E dentre elas podemos destacar aquelas que envolviam as noções de convivência e de coabitação entre

o patrão e o empregado, bem como as relações de dominação subjacentes à prestação dos serviços domésticos.

No que se refere aos elementos “convivência e coabitação”, pode-se dizer que este era, de fato, um ponto central para a identificação das atividades constituintes do chamado “serviço doméstico”. Isso porque era, fundamentalmente, através das relações cotidianas estabelecidas entre patrões e empregados, marcadas por uma grande proximidade física e uma relativa intimidade entre ambos, que as relações de trabalho no serviço doméstico, de modo geral, se constituíam. E este era um processo que, certamente, não se limitava à esfera domiciliar, já que essa característica das relações domésticas, poderia estar presente, também, em outros espaços de trabalho, como era, por exemplo, o caso do comércio. E tanto era assim que não foi fortuitamente que os vereadores da então Câmara Municipal da Corte discutissem e procurassem definir as atividades concernentes ao serviço doméstico, quando do debate acerca da regulamentação desse serviço na cidade, a partir de um entendimento amplo acerca de quais seriam as ocupações dos criados. Sendo assim, geralmente, as autoridades públicas partiam não só da definição presente no Código Civil português, segundo a qual “serviço doméstico é aquele prestado por um indivíduo a outro que com ele convive, mediante retribuição” (BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DA CORTE, 1888: 65); mas, igualmente, procuravam inserir no conjunto dos serviços domésticos uma ampla gama de profissões – tal como o faziam com os trabalhadores de hotéis, cafés, casas de pasto, hospedarias, etc.⁵

Para além desse caráter pessoal e íntimo, que envolviam solidariedades e conflitos entre patrões e empregados – expressa, geralmente, em uma relação de mútua dependência –, o entendimento acerca do serviço doméstico no final do século XIX envolvia, do mesmo modo, possivelmente, outras relações sociais, como eram os casos daquelas caracterizadas por dominações, por hierarquias e por desigualdades típicas das relações de autoridade e de subordinação estabelecidas entre patrões e criados. Nesse caso, não se deve aqui perder de vista que mesmo com a decadência da política de dominação paternalista nas últimas décadas

⁵ A título de exemplo podemos aqui citar duas definições do serviço doméstico apresentadas em projetos para a regulamentação desse serviço na cidade do Rio de Janeiro e que demonstram a abrangência do que se entendia como ocupação doméstica: “Artigo 1º - São considerados criados, para todos os efeitos da presente postura, os porteiros, os moços de hotéis, cafés, casas de pasto e hospedarias, as mucamas, os criados de quarto, os coqueiros e cozinheiros, as amas de leite e amas secas, os cocheiros, os lacaios, os hortelãos e jardineiros”. (*Projeto de postura para o serviço doméstico – Boletim da Câmara Municipal, 1881*); “Art. 1º - Ficam considerados criados, para todos os efeitos da presente postura, coqueiro, porteiro, cocheiro, lacaios, jardineiro ou hortelão, cozinheiro, moço de hotel, casa de pasto ou hospedaria, cafés, os criados ou criadas de quarto, as amas de leite, as amas secas e finalmente todos aqueles que se entregam ao serviço doméstico qualquer que ele seja”. (*Projeto de postura sobre serviço doméstico – Boletim da Câmara Municipal, 1885*).

do Oitocentos, sobretudo se considerarmos a crise e o fim da escravidão, esta não deixou de ser um elemento integrante das relações sociais, especialmente na parcela do mundo do trabalho representada pelo serviço doméstico (CHALHOUB, 2003). E, considerando isso, podemos reiterar para concluir que, seguramente, todo o entendimento contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX compreendia o serviço doméstico não apenas do ponto de vista das atividades a serem realizadas e do espaço onde elas se davam, mas, igualmente, e, sobretudo, a partir do ponto de vista das relações sociais então envolvidas entre os patrões e os criados.

Referências bibliográficas

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (*Almanak Laemmert*), 1870, 1875, 1880, 1885, 1888, 1890, 1895, 1900.

BRANDÃO, Helena H. Naganime. “Discurso e tradição em anúncios da imprensa brasileira: da informação à sedução – imagens do cotidiano”. Disponível em: <<http://www.flch.usp.br/>>. Acessado em: 02.07.2006.

BOLETINS DA CÂMARA MUNICIPAL DA CORTE, 1881, 1885 e 1888.

CARVALHO, Marcus F. M. de. “A Imprensa na Formação do Mercado de Trabalho Feminino no Século XIX”. In: NEVES, Lúcia Maria B.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (org.). *História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006. pp. 176-199.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”. In: *Afro-Ásia*, n.29/30, 2003, pp. 41-78.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: _____; GOMES, Flávio (org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 2004.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 1870-1900.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JORNAL DO COMMERCIO, 1870 – 1900.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). 2 v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994, pp. 193-212.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Carlos Luiz. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 Letras, 2007.